



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECE_x - DEE - DEPA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE
SALVADOR**

1º Ten AI ALESSANDRA AUGUSTA DE SANTANA E SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO PREPARO DA FORÇA
TERRESTRE PARA AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
(GLO)**

**Salvador
2009**

1º Ten AI ALESSANDRA AUGUSTA DE SANTANA E SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO PREPARO DA FORÇA
TERRESTRE PARA AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
(GLO)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Avaliação de Trabalhos Científicos da Divisão de Ensino da Escola de Administração do Exército, como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientador: Cap André Augusto de Menezes Ferreira

**Salvador
2009**

1º Ten AI ALESSANDRA AUGUSTA DE SANTANA E SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO PREPARO DA FORÇA
TERRESTRE PARA AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
(GLO)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Avaliação de Trabalhos Científicos da Divisão de Ensino da Escola de Administração do Exército, como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Aprovado em: _____ / _____ /2009

JOSÉ PEREIRA EMILIANO - Maj – Presidente

ANDRÉ AUGUSTO DE MENEZES FERREIRA – 1º Membro

WLADIMIR ESTEVAM – 2º Membro

*Este trabalho é dedicado à minha
família e a todos os militares envolvidos
em Operações de GLO.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que tem me mantido forte e confiante na carreira que escolhi.

Ao meu noivo, Elson, que me incentivou desde o começo a ingressar nesta Escola.

Aos meus pais que sempre me ensinaram o caminho reto de valores e atitudes que hoje trago comigo, e me ajudam a ser uma boa profissional.

Ao meu orientador, Cap André Augusto, que me auxiliou no andamento deste trabalho.

Aos amigos que fiz durante este Curso e aos que deixei na Força Aérea Brasileira.

Por fim, meus agradecimentos aos militares que colaboraram com suas opiniões durante a realização da pesquisa.

RESUMO

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) correspondem a operações que visam o restabelecimento do poder oficial em situações de perturbação da ordem social, onde os órgãos de segurança pública não conseguiram exercer sua função legal. Estas operações somente serão iniciadas por determinação do Presidente da República, o que define sua legalidade (BRASIL, 1988). Nestas atividades operacionais, os militares envolvidos lidam diretamente com a sociedade, e, por vezes, o fazem em situação de estresse e conflito. O preparo psicológico desses militares pode contribuir no desenvolvimento de Atributos da Área Afetiva (AAA) imprescindíveis ao cumprimento da missão. Assim, foi realizada uma pesquisa com militares do efetivo de duas unidades operacionais do Exército Brasileiro que estiveram envolvidos em algum tipo de operação de GLO. Uma vez feita a análise dos dados, destacaram-se alguns AAA necessários para o desempenho adequado dos militares nas missões de GLO. A delimitação desses atributos foi feita com o intuito de ser útil na preparação da tropa como auxílio no eficaz cumprimento das missões. Conforme os dados da pesquisa observou-se que os militares envolvidos consideram importante a realização de uma preparação psicológica que possa minimizar dificuldades emocionais durante o decorrer das operações de GLO, auxiliando na consecução dos objetivos operacionais do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Preparo psicológico. Atributos da Área Afetiva. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

The Operations of Guarantee of Law and Order (GLO) correspond to operations that aim the reestablishment of official power in situations of disturbance of social order, where the agencies of public security departments had not obtained to exert its legal function. These operations will only be initiated by determination of the President of the Republic, what defines its legality. In these operational activities, the military involved deal directly with the society, and, sometimes, they do so in stress and conflict situations. The psychological preparation of these military can contribute in the development of essential Attributes of the Affective Area (AAA) to the fulfillment of the mission. Thus, a research was carried out with military of two operational unities of the Brazilian Army that were involved in some sort of GLO operation. The data analysis stood some AAA needed for the adequate performance of the military in GLO missions. The demarcation of these attributes was made to be useful on troop's preparation, as aid in the efficient fulfillment of the missions. According to the research the involved military consider important a psychological preparation. In their view it could minimize emotional difficulties during the course of GLO operations, assisting in achieving the Brazilian Army's operational goals.

Key-words: The Operations of Guarantee of Law and Order. Psychological preparation. Attributes of the Affective Area. Brazilian Army.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 Antecedentes do Problema	08
1.2 Formulação do Problema	08
1.3 Objetivos	09
1.3.1 Objetivo Geral	09
1.3.2 Objetivos Específicos	09
1.4 Justificativa da Investigação	09
1.5 Estruturação da Pesquisa	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 As Operações de Garantia da Lei e da Ordem	13
2.1.1 Definição.....	13
2.1.2 Atribuição legal de atuação das Forças Armadas	14
2.1.3 Operações de GLO e segurança pública.....	15
2.2 O Preparo da Tropa	18
2.2.1 Curso de Operações de GLO	18
2.2.2 Público-alvo do adestramento e preparo psicológico	20
2.3 Atributos da Área Afetiva	21
2.3.1 Definição dos atributos da área afetiva.....	21
2.3.2 Atributos da Área Afetiva necessários ao militar atuante em operações de GLO	22
2.4 A Contribuição da Psicologia	23
2.4.1 A Psicologia no contexto militar	23
2.4.2 Preparação psicológica para as operações de GLO	26
2.4.3 Proposta de atuação do psicólogo nas Operações de GLO	28
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	31
3.1 Procedimentos Metodológicos	31
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	32
5 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	41
ANEXO	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes do Problema

Na atualidade, com o aumento da criminalidade e da violência nas cidades, cresce a atividade dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) que, nem sempre, conseguem cumprir com seus deveres de proteger os cidadãos.

Nestas situações em que os OSP não cumprem com o seu papel, as Forças Armadas são vistas como o único recurso para inibir o crime organizado. Contudo, estas instituições, apesar de permanentes e regulares, não são definidas constitucionalmente como OSP, só podendo atuar momentaneamente.

Além das atividades de controle do crime organizado, as Forças Armadas são chamadas a intervir em situações nas quais os direitos dos cidadãos estejam em risco, assim como a lei e a ordem.

Assim, temos como exemplos as atividades de garantia da lei e da ordem em eleições, como aconteceu no Estado do Tocantins, e a garantia de continuidade de serviços de utilidade pública na situação de greve da Polícia Militar na Bahia.

1.2 Formulação do Problema

Assim, observa-se que, seja qual for o emprego das Forças Armadas, os militares envolvidos na Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), estarão em contato com a sociedade, que é uma comunidade composta por brasileiros. Uma vez que o militar é preparado para o combate, surge a preocupação de como ele percebe o cidadão com o qual ele deve travar contato numa Operação de GLO.

Sobre este assunto, Santos Júnior (2008) menciona que a peculiaridade da profissão militar, que é a preparação para o emprego em combate bélico, exige um adestramento adequado, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais, que podem assegurar o êxito ou fracasso de uma operação.

Diante do exposto, surge o problema que embasa este trabalho: é importante realizar o preparo psicológico dos militares que participam de Operações de GLO?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Conforme destacado previamente, este trabalho apresenta como objetivo geral analisar as contribuições da Psicologia no preparo da tropa para as Operações de GLO, identificando aspectos pormenorizados por intermédio de seus objetivos específicos mencionados a seguir.

1.3.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de investigar as hipóteses apresentadas neste trabalho, são destacados como objetivos específicos:

- Destacar as possíveis contribuições da Psicologia no preparo da tropa para as Operações de GLO; e
- Identificar os atributos da área afetiva necessários a serem desenvolvidos nos militares que participarão de Operações GLO.

1.4 Justificativa da Investigação

A atuação do Exército Brasileiro junto à população é observada desde o Império. Naquela época, os militares eram chamados a intervir nas manifestações populares que colocavam em risco a lei e a ordem. Foram exemplos de manifestações populares: a Balaiada; a Revolução em Sorocaba; a Revolução Liberal de Minas Gerais; a Guerra de Farrapos;

dentre outras. Nestas manifestações, destaca-se a figura pacificadora de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que atuou diversas vezes, dissuadindo os revoltosos e utilizando a força bélica, quando as negociações não eram mais possíveis.

As Constituições Brasileiras também mencionavam e legalizavam, desde cedo, a participação militar na dissolução de conflitos populares. Este fato é percebido nos textos constitucionais de 1824, 1934, 1946, 1967 e de 1988. Nestes textos define-se o papel das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (RODRIGUES, 2004).

Da mesma maneira que na época do Império, também hoje ocorrem situações de conflito popular. A atual conjuntura da sociedade, organizada em classes econômicas que contribuem para desigualdades e violência urbana, causa um clima de insegurança e medo. Além disso, os OSP demonstram inabilidade para controlar a criminalidade crescente.

Frente a este panorama, muitas vezes, discute-se a atuação das Forças Armadas nas questões de segurança pública, apresentando-se opiniões diversas. Piñon (2007) introduz esta polêmica questão, mencionando que uma parcela da sociedade é avessa à participação militar nos conflitos urbanos por temor da volta a um Estado autoritário. Comenta ainda que a atuação das Forças Armadas atestaria a incapacidade dos órgãos de segurança pública.

Outro ponto relevante é levantado por Rodrigues (2004), avaliando os aspectos legais da atuação das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem. A definição constitucional prevê a participação militar momentânea, e não permanente, frente a estes conflitos populares, uma vez que a Constituição Federal de 1988 no artigo 144, não identifica as Forças Armadas como organismo de segurança pública.

Assim, com a necessidade de definir a atuação do Exército, Marinha e Aeronáutica nas questões de envolvimento popular, cujos recursos dos órgãos de segurança pública já foram utilizados, e nos quais os direitos e garantias constitucionais se acham ameaçados, surgiram as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

As Operações de GLO foram criadas pelo Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001, e correspondem a operações que visam o restabelecimento do poder oficial em situações de perturbação da ordem social.

Do mesmo modo, vale ressaltar que o emprego do Exército Brasileiro (EB) e de sua Força Terrestre, nessas operações, pode ser provocado pelo Chefe do Executivo - Presidente da República - ou pelos poderes Judiciário e Legislativo. Para este tipo de operação, os militares do EB são preventivamente treinados para o emprego legal da força.

Para isto, o adestramento da tropa deve necessariamente envolver instrução sobre fundamentos legais das Operações de GLO, a aplicação proporcional e suficiente da força, treinamento operacional militar e preparação psicológica para enfrentar situações adversas com a população.

Dessa forma, entende-se que nestas operações em que o adversário é um compatriota, o militar deve estar emocionalmente preparado para cumprir sua missão. Rodrigues (2004, p. 26) acrescenta que “os oponentes à ação de garantia da lei e da ordem, em sua grande maioria, são constituídos por brasileiros sujeitos à legislação”, onde devem ser respeitados os direitos humanos de quem protege e de quem será protegido.

Assim, cabe o entendimento de que a população ocupa um lugar peculiar neste contexto, podendo ser vista como inimigo a ser combatido ou vítima a ser protegida. Portanto, é primordial que o objetivo da missão em questão seja bem definido para os militares envolvidos e que, da mesma maneira, seja assimilado corretamente pela tropa.

Diante disto, o preparo psicológico desses militares pode contribuir no desenvolvimento de atributos imprescindíveis ao cumprimento da missão, quer sejam: iniciativa, equilíbrio emocional, adaptabilidade, combatividade, persistência, entre outros.

Desde 2005, o preparo dos militares do Exército Brasileiro para as operações de GLO tem sido realizado na 11ª Brigada de Infantaria Leve - GLO, no Centro de Instrução de Operações de GLO. O ingresso no curso ocorre por meio de uma seleção entre Oficiais e Sargentos que cumpram determinados requisitos estipulados. Entretanto, depreende-se que, além de requisitos técnicos de ordem militar, são necessários requisitos de cunho emocional e psicológico para a atuação em operações de GLO (BRASIL, 2008).

A análise dos Atributos da Área Afetiva necessários para o desempenho adequado dos militares nas missões de GLO pode ser útil na preparação da tropa como auxílio no eficaz cumprimento das mesmas.

Logo, a proposta deste trabalho é levantar as contribuições da Psicologia para o cumprimento das Operações de GLO, de forma a preparar adequadamente o efetivo para enfrentar situações emocionais adversas de maneira profícua, sem comprometer os objetivos da missão recebida.

1.5 Estruturação da Pesquisa

Com o intuito de alcançar os objetivos traçados, este trabalho apresenta uma introdução onde constam os antecedentes e a delimitação do problema, a justificativa, os objetivos gerais e específicos.

A revisão de literatura desenvolve-se em quatro seções. A primeira aborda a definição de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, a fundamentação legal que ampara a atuação das Forças Armadas e, em específico, o Exército Brasileiro, e a diferenciação com atividades de segurança pública.

A segunda seção discute o preparo da tropa nos moldes como é feito atualmente na 11^a Brigada de Infantaria Leve, conforme informações colhidas na rede mundial de computadores e em legislação específica (Portaria nº 018 – DEP de 19 de dezembro de 2008).

A terceira seção traz a definição dos Atributos da Área Afetiva descritos na Portaria nº 012 – DEP, de 12 de maio de 1998 e a descrição de características necessárias ao militar atuante (oficial e praça) em operações de GLO.

A quarta seção apresenta uma proposta de preparação psicológica para a tropa envolvida e designada para operações de GLO.

Em outro capítulo é introduzida o referencial metodológico utilizado na confecção deste trabalho.

Em seguida, menciona-se a apresentação e análise dos dados coletados em pesquisa realizada com militares do efetivo do 19^o Batalhão de Caçadores (Salvador–BA) e da 11^a Brigada de Infantaria Leve - GLO (Campinas–SP).

Finalmente será apresentada a conclusão do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Dentre os assuntos que são abordados neste capítulo destacam-se a definição de Operações de Garantia da Lei e da Ordem e a atribuição legal que ampara a atuação das Forças Armadas neste tipo de operação, a importância do preparo da tropa, destacando-se os Atributos da Área Afetiva necessários ao militar envolvido na missão e como a Psicologia pode contribuir no adestramento da tropa para a execução de uma Operação de GLO.

2.1 As Operações de Garantia da Lei e da Ordem

2.1.1 Definição

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem são definidas pelas Instruções Provisórias 85-1 (BRASIL, 2002, p.11) como a “atuação coordenada das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública na execução de ações e medidas provenientes de todas as expressões do poder nacional em caráter integrado e realçado na expressão militar. Tem por finalidade a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”.

Além da definição trazida pela IP 85-1, a Constituição Federal de 1988 aborda como missão do Exército Brasileiro a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Dessa forma, entende-se que, em situações em que a ordem social esteja sendo ameaçada e, na impossibilidade de atuação dos órgãos de segurança pública, o Exército Brasileiro é chamado a intervir. A dissolução de conflitos, o restabelecimento e a manutenção de um clima de paz social ficam a cargo do Exército, representado na situação operacional por sua Força Terrestre.

A Força Terrestre é definida no Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército como “instrumento de ação do Exército, estruturada e preparada para o cumprimento de missões operacionais terrestres” (BRASIL, 2003, p. 108).

Assim, os militares envolvidos em operações de GLO fazem parte do braço operacional do Exército e por isso são constantemente treinados para execução de atividades de combate e conflito armado ou não.

Este treinamento contínuo é planejado anualmente de tal forma que a tropa possa ser prontamente empregada nas diversas situações. No caso das operações de GLO, o adestramento envolve conhecimento dos aspectos legais da operação e preparação operacional com exercícios que prevejam a interação com a população civil.

2.1.2 Atribuição legal de atuação das Forças Armadas

A atribuição legal da atuação das Forças Armadas é assegurada, como dito anteriormente, pelo artigo 142 da Constituição Federal do Brasil, que diz:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

A decisão de emprego da força terrestre em operações de GLO é de competência exclusiva do Presidente da República, e nesta hipótese, a atuação militar ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do mesmo, e depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no artigo 144 da Constituição Federal, quais sejam: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Contudo, o emprego da força terrestre nas operações de GLO é considerado de caráter eventual, episódico, de duração limitada e em área previamente definida, não podendo a atuação militar se estender além do determinado. Em alguns casos, o Exército pode desenvolver ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares.

Cabe ressaltar que as operações de GLO terão um êxito duradouro se as condições políticas, econômicas e sociais que permitiram seu surgimento, forem alteradas. O poder militar pode neutralizar, temporariamente, os efeitos de uma determinada situação que afete

os poderes constitucionais, a lei e a ordem, mas somente a atuação integrada dos órgãos de segurança pública e do próprio Governo pode ser capaz de eliminar as causas daquela situação (BRASIL, 2002).

Além disso, são destacadas as ações previstas para o Exército Brasileiro de acordo com o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX 1), no que se refere ao cumprimento da missão constitucional relativa às operações de GLO. Assim, são ações previstas: atuar de modo preventivo e operativo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que, apoiada ou não do exterior, comprometa a lei, a ordem e os fundamentos do Estado Democrático de Direito e cooperar com os esforços do governo no combate aos ilícitos e crimes transnacionais de natureza variada (BRASIL, 2002).

2.1.3 Operações de GLO e segurança pública

A atual situação da sociedade brasileira de violência urbana e aumento dos índices de criminalidade tem levado a população a uma condição de insegurança. Percebe-se que, em alguns Estados, as autoridades policiais e outros Órgãos de Segurança Pública (OSP) não têm conseguido cumprir com seu papel constitucional de defesa dos direitos da população.

Para Almeida (1991), desde o início, na sociedade, os indivíduos confiam sua segurança ao Estado. Contudo, para organizar a vida social foi preciso que o Estado assumisse uma autoridade soberana e os cidadãos, por outro lado, uma submissão. A insegurança surgiria quando esta proteção do Estado não fosse eficaz.

A Constituição Federal do Brasil prevê que o Estado deve zelar pela saúde, educação e segurança da população, de forma que é possível exercer uma atitude de controle sobre o povo. O sistema de ensino auxilia na disseminação dessa imagem, de maneira a manter a idéia de que o Estado proverá estas condições de vida.

A questão da forma de exercer o poder, como foi abordada, faz com que seja verificado que, quando dois indivíduos pretendem disputar ou defender seu poder inicia-se um conflito interpessoal. Almeida (1991, p. 29) menciona o conceito de conflito: “fenômeno social caracterizado pelo choque de ações decorrentes do propósito de conquistar objetivos distintos pela utilização do mesmo poder disponível ou de conquistar o mesmo objetivo utilizando diferentes poderes disponíveis”.

A ineficiência dos OSP tem, por sua vez, acarretado o emprego das Forças Armadas (FA) nas situações em que a ordem social ou os direitos constitucionais estejam ameaçados. Cortês (2007) menciona que o emprego das FA em missões de garantia da lei e da ordem já é uma realidade e não mais um hipótese como previsto no texto constitucional. Para o autor isto estaria sendo manifesto de duas formas: pela ação do crime organizado e pela ação de grupos bem estruturados que desafiam o próprio estado de direito para fazer reivindicações em nome da população.

Assim, o mesmo autor defende que a utilização frequente das FA na solução de problemas de segurança pública, acaba por deturpar sua destinação constitucional de defesa da Pátria e as responsabilidades atribuídas aos OSP.

Dessa forma, a própria Carta Magna prevê que as FA serão convocadas a participar, por ordem do Presidente da República, em casos de intervenção federal, estado de defesa ou de sítio. A inobservância desses preceitos coloca em risco o respaldo jurídico para atuação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

O artigo 3º do Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001, traz em seu texto que

Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, (...) lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico (BRASIL, 2001).

As Forças Armadas devem apoiar as tentativas federais de fortalecer os OSP e, desta maneira, podem estar também exercitando sua tropa e complementando seu preparo para situações de defesa externa do país. Uma maneira de demonstrar este apoio militar na intervenção federal nos OSP é o próprio emprego do Exército nas áreas de fronteira, fiscalizando e reprimindo, somente pela sua presença no território, a entrada de produtos ilegais e de narcóticos no país (CORTÊS, 2007).

A LC nº 97/99, de 9 de junho de 1999, menciona que cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, cooperar com órgãos federais, estaduais e municipais. Nestes se englobam os órgãos de segurança pública.

A LC nº 117, de 2 de setembro de 2004 alterou a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. De acordo com a nova redação, quanto ao preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional, poderão ser executados exercícios operacionais em áreas públicas, com a cooperação dos órgãos de segurança pública e de órgãos públicos com interesses afins.

Rueda e Maniscalco (2008) abordam que, devido às participações históricas do Exército na solução de conflitos populares desde a emancipação política do Brasil, surge, no imaginário popular e no de algumas autoridades públicas, a idéia de que as FA devem ter participação ativa no combate à criminalidade. Os autores, assim como Piñon (2007), defendem a opinião de que a criação de uma força policial federal militarizada, sob a tutela do Exército ou das FA, seria a melhor solução, podendo ser coordenada pelos órgãos federais responsáveis pelas questões de segurança pública. As FA poderiam auxiliar na organização, adestramento e emprego deste efetivo.

Diante do exposto percebe-se que é controversa a discussão sobre a atuação das FA em situações em que os OSP poderiam atuar e falharam. A efetiva criação de uma força policial federal dedicada a estas questões auxiliaria para que o Exército não fosse desviado de sua missão constitucional.

Convém mencionar que o efetivo da força terrestre hoje destinado para as operações de GLO vem sendo formado no Centro de Instrução para Operações de Garantia da Lei e da Ordem, unidade pertencente a 11^a Brigada de Infantaria Leve sediada em Campinas e nas próprias Organizações Militares de cunho operacional. Além disso, dentro do planejamento anual de adestramento, existe no período básico do mesmo, um módulo destinado às operações de GLO. No capítulo seguinte serão abordados aspectos sobre o curso.

2.2 O Preparo da Tropa

2.2.1 Curso de Operações de GLO

As operações de garantia da lei e da ordem, conforme é explicitado na IP 85-1, exigem a execução de ações tipo polícia, de interdição do apoio externo e de combate.

Segundo Rodrigues (2004, p. 27) “as operações tipo polícia visam proporcionar segurança à tropa, às instalações, aos serviços essenciais, à população e às vias de transporte”, e utilizam, assim, atividades de bloqueio e o controle de estradas, vias urbanas e aquaviárias, busca e apreensão, identificação e controle da movimentação de pessoas e veículos, segurança de autoridades e patrulhas nas áreas.

Dessa forma, estas atividades impõem a interação dos militares envolvidos com a população, e, por isso, exigem um preparo maior da tropa no momento de lidar com o público. Rodrigues (2004) acrescenta que o ideal é que nestas atividades façam parte também algumas mulheres para que possam interagir com o público feminino em atividades de revista.

No que se refere ao adestramento da tropa, o mesmo autor considera que a reduzida carga horária teórica sobre assuntos pertinentes às operações de GLO, faz com que as atividades operacionais e táticas sejam privilegiadas, embora não seja abordada a correta atitude da tropa frente à população.

Uma vez que o adestramento atual da tropa abrange aspectos jurídicos, operacionais e táticos, vale ressaltar a importância de abordar assuntos referentes à psicologia social e das massas, como atitudes, estereótipos, percepção e interação social.

Rodrigues (2004, p. 28-9) expõe sua preocupação:

Em operações de GLO, o constante contato com a população por meio de patrulhamento ostensivo e dos postos de bloqueio em vias públicas, assim como a atuação de advogados, procuradores, magistrados e parlamentares, cobram da tropa o conhecimento da legislação, afastando desse modo o risco do abuso de poder. (...) A tropa deve operar de forma a não violar os direitos do cidadão e não causar baixas à população, visando preservar-se a legitimidade da operação e a imagem pública da instituição.

Além da preocupação com o ordenamento jurídico das operações, acrescentou como necessário que os militares envolvidos tenham conhecimento básico sobre as relações sociais,

formas de comunicar-se e influenciar comportamentos para atingir o objetivo da missão em voga.

Rodrigues (2004) menciona, ainda, que o nível de conhecimento necessário aos militares pode variar entre oficiais e praças, uma vez que o nível de responsabilidade também é diferente dentro da operação e na hierarquia militar. Contudo, o adestramento adequado assegura que os militares, de qualquer nível hierárquico, serão capazes de atuar com cidadania, respeitando os direitos constitucionais da população e atingindo o objetivo da missão.

Atendendo uma necessidade do Exército Brasileiro, em 2005, a 11^a Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas – SP, foi transformada em 11^a Brigada de Infantaria Leve (GLO), e foi criado um Centro de Instrução para preparar a tropa para este tipo de operação. Neste Centro são realizados Estágios de Operações de Garantia da Lei e da Ordem para Oficiais e Sargentos.

A Portaria nº 018 DEP de 19 de Fevereiro de 2008 estabeleceu os requisitos para os militares se inscreverem na seleção e no estágio de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Os Oficiais devem ser capitães ou tenentes de carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência servindo, preferencialmente, nas organizações militares da 11^a Brigada de Infantaria Leve (GLO) ou nas organizações militares de Polícia do Exército ou de Guarda. Com relação às Praças, devem ser 2º ou 3º sargentos de carreira combatentes, do quadro de Material Bélico, e dos Serviços de Intendência e Saúde, servindo, preferencialmente, nos mesmos tipos de organizações militares que o exigido para os oficiais.

Além desses requisitos, são observados aspectos militares como voluntariado para o estágio, aptidão física, parecer favorável do seu comandante, classificação do comportamento militar (no caso dos sargentos), não estar vinculado a nenhum outro curso ou estágio militar.

Conforme prevê a Portaria supracitada, a seleção para ingresso e matrícula no Estágio é realizada no atendimento aos requisitos estabelecidos. A Portaria não menciona nenhum tipo de avaliação / seleção psicológica prévia para conhecimento das condições emocionais dos candidatos ao curso ou seus interesses / expectativas ao se voluntariarem para a atividade.

2.2.2 Público–alvo do adestramento e preparo psicológico

Pelo que foi exposto anteriormente, identifica-se a necessidade de algum tipo de preparação psicológica com a tropa que aborde temas referentes à psicologia social e das massas, como atitudes, estereótipos, percepção e interação social.

Dessa maneira, o público-alvo dessa preparação seria todos os militares envolvidos nas operações de GLO, uma vez que a participação de todos e a interação adequada com a população terão influência direta e, por vezes, decisiva na consecução dos objetivos militares traçados.

Conforme defendeu Rodrigues (2004), já que os níveis de responsabilidade nas missões são diferentes, esta preparação psicológica poderia ser dividida em conteúdos gerais e específicos da atuação da tropa na operação.

A preparação psicológica pode ser estruturada e baseada nos Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários ao adequado cumprimento das atividades nas operações de GLO.

Aparentemente, na atualidade ainda não existe um estudo que delimite quais seriam os AAA necessários para os militares envolvidos em operações de GLO.

Assim, torna-se importante, num primeiro momento, pesquisar dentre os militares que já planejaram, comandaram ou executaram operações de GLO, o que eles identificam como AAA importantes. Dessa forma, poderá ser traçado um perfil profissiográfico para o militar envolvido na atividade.

O perfil profissiográfico permite realizar a descrição da função, as tarefas a serem realizadas pelo militar, os riscos da atividade e o perfil esperado, que diz respeito aos AAA. Este último item importa para o planejamento da preparação psicológica da tropa, de maneira a focar o desenvolvimento dos atributos mais necessários.

Para um melhor entendimento do que vem a ser os atributos da área afetiva, será abordada no próximo capítulo a legislação específica sobre o tema.

2.3 Atributos da Área Afetiva

2.3.1 Definição dos atributos da área afetiva

Atualmente os indivíduos não são avaliados, em seu trabalho, somente por sua capacidade técnica e laborativa. Da mesma maneira, no Exército Brasileiro a gestão de pessoas tem se focado no desenvolvimento de habilidades emocionais.

Santos Junior (2008, p.17) considera que a gestão de pessoal do Exército busca a valorização de seus quadros, associando o indivíduo e seu contexto pessoal aos valores, aos objetivos e à cultura da instituição. Conforme o autor menciona

Há a preocupação em estimular atributos de liderança, avaliar comportamentos, conhecer potencialidades e reconhecer méritos, compatibilizar aptidões e interesses pessoais com a designação para ocupação funcional e prestar o devido suporte assistencial à família militar.

Com relação aos cursos de formação no Exército Brasileiro, é utilizado como referencial teórico a Taxonomia de Bloom, que classifica os tipos de aprendizagem em três domínios: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor (SANTOS JUNIOR, 2008).

O domínio cognitivo abrange as habilidades mentais, conhecimentos adquiridos. O domínio afetivo trata de atitudes, valores, idéias, a maneira como o indivíduo se relaciona com seus pares, superiores e subordinados. A área psicomotora relaciona-se as habilidades motoras, a destreza para executar atividades (SANTOS JUNIOR, 2008).

O autor considera que, nos processos de preparação e adestramento dos militares do Exército Brasileiro, verifica-se claramente o desenvolvimento dos atributos da área afetiva. Para ele a capacidade de liderança do comandante e dos oficiais, e o nível de adestramento da tropa, determinam a operacionalidade de uma organização militar.

Nos estabelecimentos de ensino do Exército é expressão comum o termo atributos da área afetiva. Dessa maneira, não importa o nível de formação oferecido pela escola, se corresponde a colégio militar, curso de soldados, de praças ou de oficiais. O importante é o desenvolvimento dos valores, habilidades e atributos em geral que poderão contribuir para a formação do caráter do militar.

Para este trabalho torna-se necessário investigar quais são os atributos da área afetiva que podem contribuir na execução das missões de GLO, uma vez que os aspectos emocionais e comportamentais podem ser determinantes no êxito ou fracasso de uma operação militar.

Na investigação dos atributos da área afetiva serão usadas as definições operacionais dos atributos que são relacionadas na Portaria nº 012 DEP, de 12 de maio de 1998 (Anexo A).

2.3.2 Atributos da Área Afetiva necessários ao militar atuante em operações de GLO

Com a necessidade de investigar quais os atributos da área afetiva (AAA) poderiam ser necessários ao militar, seja oficial ou praça, que atue em operações de GLO, foi aplicado um Questionário (Apêndice A).

O público-alvo da coleta de dados compreendeu os militares do efetivo do 19^o Batalhão de Caçadores (Salvador–BA) e da 11^a Brigada de Infantaria Leve - GLO (Campinas – SP) que atuam ou atuaram em atividades referentes a operações de GLO.

Uma vez coletados os dados por intermédio do questionário, foram tabulados os respostas em categorias e avaliados quais os atributos da área afetiva destacaram-se na opinião dos avaliados.

Assim, identificou-se os atributos da área afetiva componentes do perfil profissiográfico que pode ser trabalhado na preparação psicológica da tropa para realizar operações de GLO. O recurso de identificar os AAA teve o intuito de direcionar a referida preparação, de maneira a contribuir no adestramento da tropa.

2.4 A Contribuição da Psicologia

2.4.1 A Psicologia no contexto militar

A Psicologia aplicada à vida militar, segundo Mira Y Lopes (1949) está voltada para algumas atividades que visam atender o objetivo maior das Forças Armadas: a defesa da Pátria. O psicólogo estará, então, envolvido com atividades de seleção e orientação do pessoal; treinamento e manutenção da eficiência da tropa; conservação da moral militar coletiva e individual; conexão e colaboração com populações civis.

No que concerne à seleção de pessoal, vale ressaltar que cada atividade ou função militar, aborda determinados requisitos e características pessoais. Assim, antes de iniciar um processo de avaliação psicológica é necessário conhecer estas funções.

Dessa forma, o conhecimento das funções militares é viabilizado de diversas formas: observação do militar em atuação, entrevistas e questionários. Quando possível é benéfico aliar pelo menos duas destas opções para que se possa ter uma amplitude de informações sobre a função militar em pauta.

Além das características inerentes à função, é de conhecimento geral a necessidade de que os militares tenham boas condições de saúde e resistência física; capacidade de responder rápida e prontamente a ordens; condições de aprendizado de táticas e preceitos dos regulamentos militares; condições de equilíbrio emocional, caráter e moral, suficientes para acatar a disciplina militar sem a necessidade de coações e sanções punitivas (MIRA Y LOPES, 1949).

Segundo o autor, o que diferencia a seleção de um praça da avaliação de um chefe, é a maior complexidade e intensidade das exigências, assim como o nível de responsabilidade na função. Contudo, isto pode ser ajustado no processo de avaliação psicológica.

Na execução da atividade militar, em especial a de combate propriamente dito como a exercida pela Força Terrestre, é necessário que o militar tenha o mínimo de conhecimento sobre o que aborda seu trabalho ou a missão na qual está inserido. O autor refere-se a indivíduos de origem civil e que ingressam em uma Força Armada:

É preciso, porém, que qualquer militar, antes de ser orientado, seja informado acerca do vasto campo de ocupações em que, de acordo com suas características de cultura,

habilidade, valor e vocação, localize seu “destino” e lugar no Exército (MIRA Y LOPES, 1949, p. 13).

Assim, observado um interesse inicial do militar por determinada área ou especialidade, pode-se realizar uma avaliação de suas aptidões para exercer determinada função.

No caso do curso de operações de GLO, é observada a condição de interesse voluntário para fazer o mesmo. Em seguida, são averiguados os requisitos militares que habilitam o oficial ou sargento para inscrever-se e pleitear a matrícula, juntamente com o deferimento de seu comandante de Organização Militar.

Com relação ao treinamento militar, nas escolas de formação, deve-se considerar segundo o autor, que os conteúdos ensinados atendam aos mesmos parâmetros do ensino civil, fazendo com que a diferença entre turmas de mesma formação não seja grande.

Além disso, outro fator importante é a aplicação prática dos conteúdos ministrados, principalmente em se tratando de cursos operacionais como o de operações de GLO. Não é vantajoso que o curso / adestramento se detenha apenas em conteúdos cognitivos. A aplicação prática é de suma importância e atua como uma ligação e fechamento do que foi exposto teoricamente. Para o autor, deve existir a preocupação em fornecer manuais e regulamentos que sejam facilmente compreensíveis pela tropa.

Para Mira Y Lopes (1949), uma vez que o ensino torna-se flexível e estimula-se a iniciativa individual em prol do rendimento, consegue-se que o militar adquira disciplina autônoma, complementar a uma disciplina de acatar ordens emanadas externamente.

Para o autor isto também contribui no desenvolvimento da sociabilidade militar, que é a “capacidade de relacionar-se normalmente com superiores, iguais e inferiores hierárquicos” (MIRA Y LOPES, 1949, p. 44).

No que tange ao moral militar, o autor define que a conduta humana é orientada por três atitudes fundamentais de reação: a defesa ou medo, o ataque ou cólera, e a criação ou amor. Cabendo destacar que estas reações podem encontrar-se no interior ou no exterior do indivíduo.

Na conduta marcada pelo medo, o indivíduo não utiliza seu potencial todo, porque suas ações não obedecem a uma motivação primária e sim ao objetivo de escapar de uma condição punitiva ou de perigo. Na conduta marcada pela cólera, o indivíduo pode até usar toda sua capacidade, contudo, esta se acha voltada para uma finalidade destrutiva. Para o autor, somente quando o indivíduo age motivado pelo amor ou criação ele consegue a cooperação e a paz com dissolução dos conflitos.

Dessa forma, o moral militar, ao ser estimulado, deve manifestar estas reações emocionais básicas relatadas. O adestramento militar, antes de ser focado na cólera ou medo, deve basear-se nas atitudes que permitam a criatividade e despertem motivação positiva na tropa. O sentimento de camaradagem e cooperação mantém o grupo unido até a solução do conflito no qual está envolvido.

O autor acrescenta que outra maneira importante de elevar a moral da tropa é a transmissão clara das mensagens sobre a missão a ser executada e o papel de cada um. E que para isto é primordial que a pessoa responsável por transmitir a informação seja respeitada e tenha autoridade sobre todos.

Mira Y Lopes (1949, p.56) especifica que a conduta humana pode ser influenciada de três maneiras: pela razão (persuasão), pelo sentimento (sugestão) e pelo dever (compulsão).

O entusiasmo pela luta não é suficiente, porque, mesmo depois de adquirido, pode ser perdido bruscamente. O convencimento é necessário para produzir a fria determinação de prosseguir na guerra, quando o entusiasmo passa. A submissão à disciplina rigorosa é assim indispensável e provém da aceitação do conceito de DEVER.

Com relação ao contato e colaboração dos civis, o autor menciona que é necessário manter bom relacionamento com a população civil, tendo-a como aliada. Para isto, podem ser divulgados assuntos militares que não constituam sigilo e que possam demonstrar no que tange a profissão militar.

Outras oportunidades de inclusão do público civil à rotina militar correspondem à realização de Ações Cívico Sociais, abertura de acervos de museus, convite para formatura militares, e outras ações que possam tornar a população uma aliada do Exército.

Nas operações de GLO isto pode ser observado nas ações de Operações Psicológicas e de Comunicação Social, em que mensagens são disseminadas para tornar a população uma aliada ou dissuadi-la de atitudes ofensivas.

Portanto, a contribuição da Psicologia pode ser observada de várias maneiras, e atuando sempre em prol da missão constituição do Exército, que é a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

2.4.2 Preparação psicológica para as operações de GLO

Conforme abordado nos capítulos anteriores, as operações de GLO têm a particularidade de colocar a tropa em contato próximo com a população. No momento em que nossos militares são treinados especialmente para o combate, é difícil estabelecer uma diferenciação de quais técnicas e recursos (de força, de armamento e de ações) podem ser utilizados.

A atual situação de violência urbana coloca uma parcela da população como vilã e outra como vítima, sendo uma questão sensível a rápida diferenciação de um e de outro.

As Forças Armadas, uma vez chamadas pelo Presidente da República para intervir, são vistas por alguns membros da sociedade como a única oportunidade de salvação e retorno à ordem social. Contudo, o grupo de pessoas que encontra lucro na situação de miséria, insegurança e dependência, opõe-se a atuação militar (CORTÊS, 2007).

Assim, neste contexto de opiniões divididas, a força terrestre coloca-se em ação. É de extrema importância a definição dos objetivos da operação, as opções de atuação e o planejamento das ações.

Dessa forma, refletindo sobre as situações de embate que a tropa pode encontrar com a população, alguns temas são pertinentes para serem abordados.

A tropa passa por situações de frequente necessidade de manejo do estresse, adaptabilidade a culturas diferentes, condições adversas de interação que solicitam equilíbrio emocional.

Roos (2004) apresenta um relato de uma situação de conflito entre policiais militares e trabalhadores rurais sem-terra, que exige dos envolvidos a manifestação de algumas características emocionais para enfrentar a situação. Considero importante o relato:

Quinta-feira, por volta das 13:00h. Já estamos a sete horas negociando. O calor nos castiga impiedosamente. Cerca de cem metros adiante posso ver a barricada com troncos, móveis velhos e pneus queimados. Atrás de mim há uma fileira interminável de carros e caminhões parados. Estão esperando. Eu também. Centenas de trabalhadores rurais sem-terra estão do outro lado da barricada. Armados com paus, pedras, enxadas, foices e tudo o mais que podem carregar, estão bloqueando o tráfego de uma importante rodovia de nosso Estado. Reivindicam terras para viver e trabalhar. Reivindicações justas, embora a forma que estão utilizando, possivelmente manipulados por pessoas inescrupulosas, seja violenta e arbitrária.

Os homens sob o meu comando estão inquietos. Sabem tão bem quanto eu que a agitação do outro lado pode explodir a qualquer momento. A tensão paira no ar, como se estivéssemos sentados sobre um barril de pólvora. O comandante da

operação nos reúne para dizer que o Governador do Estado em pessoa lhe deu ordem para desobstruir a rodovia imediatamente. Entretanto, o comandante prefere negociar até onde for possível.

Lembro ainda o que aconteceu a alguns anos em um lugar aqui perto, com alguns conhecidos meus. Era uma situação parecida, com vários manifestantes armados com paus, pedras e foices. Os policiais levavam apenas fuzis e metralhadoras. A pressão política e da imprensa era a mesma. De repente, um tiro partiu do outro lado. Um policial foi ferido. A turba fora de controle atacou-os violentamente. Os policiais defenderam-se como podiam e com o que tinham a mão. O saldo inicial foi de doze manifestantes mortos, vinte e nove feridos, dois policiais mortos – inclusive um degolado por uma foice – quatorze policiais feridos. O saldo final foi um festival político de acusações, alguns policiais que estavam apenas cumprindo seu dever foram condenados, e uma mancha irremovível na reputação do Brasil perante a Comunidade Internacional.

Os líderes do movimento incitam a multidão. Palavras de ordem, insultos e provocações são dirigidas contra nós. O batalhão de repórteres está logo ali ao lado, com suas câmeras fotográficas e filmadoras prontas para documentar mais um ‘massacre’.

Olho para o grupo de policiais que estão comigo e sinto que estamos preparados. Graças a Deus, alguns meses antes recebemos equipamentos novos: escudos, capacetes e coletes à prova de bala para nossa proteção. As armas de fogo que antes utilizávamos nesse tipo de operação, tais como fuzis Mosquetal 7,62 mm e as metralhadoras Beretta/Taurus MT-12 calibre 9 mm, ficaram em nossa base. Até mesmo o armamento individual, as pistolas Taurus PT-100 calibre .40 e os revólveres Taurus calibre .38 foram deixados trancados em uma caixa, dentro de nossa viatura policial. Apenas eu e alguns líderes de grupo levávamos pistolas. Para nossa segurança coletiva temos um atirador treinado com um fuzil Colt M-16 A2 H-BAR, calibre 5,56 mm com luneta de três a nove aumentos, para tiro de precisão. Outros policiais levavam espingardas calibre 12, CBC P586, mas a grande maioria leva apenas cassetetes de borracha. Todos nós estávamos muito bem treinados. Meses treinando formações de choque tornaram nosso grupo unido e coeso. Cada homem sabe sua função e só agirá mediante comando.

De repente, ouço uma gritaria imensa. Pedras passam voando muito perto mim e um coquetel Molotov explode logo à minha frente. A massa de manifestantes, enlouquecida, avança em nossa direção brandindo suas armas. Rapidamente, ordeno que meus homens façam uma formação em linha, protegidos atrás dos escudos à prova de balas. Foi nossa sorte, pois logo começo a ouvir projéteis de arma de fogo batendo nos escudos. Não dá para saber de onde vêm os tiros exatamente, mas não posso responder ao fogo. Há muitas mulheres e crianças sendo usadas como escudos pelos líderes do movimento. Mando os policiais armados com as espingardas e os que lançam granadas se prepararem. À ordem de ‘preparar’, os atiradores com as espingardas miram aqueles atacantes armados com foices e que estão mais próximos de nós. À ordem de ‘fogo’, os agressores caem no chão, atingidos nas pernas por projéteis de borracha disparados das espingardas. Estão fora de ação, mas não estão mortos. Ao comando de ‘lançar’, granadas são arremessadas contra os atacantes e, ao explodirem, produzindo muito barulho e uma luz intensa, lançam pequenos pedaços de borracha, desorientando e ferindo apenas levemente alguns agressores. Isto praticamente pára o ímpeto do ataque.

Antes que eles possam se reorganizar, granadas com agentes lacrimogêneos são jogadas em sua direção, e cegos e confusos, os manifestantes fogem, largando foices e pedaços de madeira. Aproveitando este momento, mando meu grupo efetuar uma carga de cassetete para desocupar a pista. Em questão de minutos, a situação está sobre controle e a rodovia está sendo liberada. Saldo da operação: meia dúzia de manifestantes feridos levemente, cinco agitadores presos e nenhum policial ferido.

Não há nenhum morto. Penso então como o treinamento e o equipamento fazem a diferença. (COUTO, 2002, apud ROOS, 2004)

Depois de lido este relato, verifica-se que em situações similares é provável que o militar perceba-se coagido, pressionado a agir, até mesmo em defesa própria. Pensando nisto, é necessário planejar ações de preparação psicológica que abordem simulação de conflitos, e exposições sobre as relações interpessoais, diferenças de percepção, mudança de atitudes e comportamentos.

Dessa maneira, a psicologia pode contribuir na melhoria do adestramento da tropa e na minimização de problemas emocionais advindos das operações.

2.4.3 Proposta de atuação do psicólogo nas Operações de GLO

Como já foi abordado anteriormente, a preparação psicológica dos militares envolvidos em operações de GLO pode contribuir no desempenho dos mesmos durante o cumprimento da missão.

O Centro de Estudos de Pessoal (CEP) vem, desde 1994, trabalhando com os militares que são enviados para o exterior nas Missões de Paz. Estas operações assemelham-se em alguns aspectos com as operações de GLO. Algumas semelhanças podem ser destacadas: missão realizada em outra localidade, confinamento em quartelamentos construídos para receber o contingente que irá cumprir a missão, afastamento dos familiares, necessidade de adaptação a uma cultura diferente, lideranças constituídas para o cumprimento da operação, ordens que são emanadas por ocasião da execução da atividade, relacionamentos com outros militares envolvidos na missão, entre outros.

O CEP vem realizando trabalhos de acompanhamento psicológico com os contingentes enviados nas missões desde 1999. Com relação a estes contingentes foram identificados alguns fatores estressores que, por vezes, interferem no desempenho dos militares.

O relatório publicado em 2005 pelo CEP:

(...) identificou a incidência e a intensidade de alguns desses estressores relacionados às missões de Paz do EB para a ONU, tais como: falta de informação e poder; impotência diante da agressão; choque cultural; receio de situações desconhecidas e doenças; confinamento e convivência na base; infra-estrutura de subsistência e apoio à família; ter ficado doente; contato com cadáveres e restos mortais; risco de

ferimento ou morte por explosão de mina; desobediência de subordinado; e ter sofrido agressão física pela população local (ANJOS, 2007, p.7).

Pode-se considerar que alguns dos estressores identificados neste relatório seriam observados nas operações de GLO. Dessa forma, além da preparação psicológica para o ingresso na missão, considera-se importante a realização de um acompanhamento psicológico dos militares durante a execução da operação e ao término, com o objetivo de investigar possíveis dificuldades emocionais enfrentadas pelos militares.

Na fase de preparação para a operação pode-se realizar uma avaliação psicológica diagnóstica com intermédio de testes psicológicos para identificar o estado emocional e características de personalidade dos militares.

Em uma segunda etapa desse processo diagnóstico, realizar-se-iam dinâmicas de grupo com a finalidade de integrar o grupo que executará a missão e abordar algumas dificuldades que podem surgir como habilidade de trabalho em equipe, comunicação, liderança, e outros.

Os testes psicológicos sugeridos abordam aspectos sobre o nível de estresse dos indivíduos e são baseados em questionários de auto-relato dos indivíduos. O uso de inventários de auto-relato nas avaliações tende a se mostrar eficiente em termos de custo e tempo, e parte do princípio de que, embora o indivíduo possa estar sujeito a distorções em suas representações, é ele que está mais próximo de descrever sua relação com o estressor do que qualquer observador externo (MIGUEL e NORONHA, 2007).

Além da investigação sobre o estresse, é importante investigar as características de personalidade dos militares envolvidos nas operações de GLO e seus traços de agressividade, raiva, ansiedade e depressão. Alguns instrumentos psicológicos permitem esta abordagem.

Da mesma maneira sugerem-se dinâmicas que abordem os temas de integração do grupo; expectativas com relação ao desenvolvimento da operação de GLO; percepção; trabalho em equipe; liderança.

Dessa maneira pode ser realizada uma preparação psicológica abordando estes temas sugeridos nas dinâmicas de grupo em consonância com o adestramento operacional.

Sugere-se que a preparação psicológica seja realizada em quatro dias, divididos em avaliação psicológica e dinâmicas de grupo. Os intervalos entre as atividades são necessários para o melhor aproveitamento do trabalho e as durações devem ser respeitadas em prol de serem atingidos os objetivos propostos.

Com relação ao acompanhamento psicológico, o mesmo deve ser organizado de acordo com a necessidade individual do militar e com as necessidades grupais percebidas mediante observações da equipe de psicólogos presentes na execução da operação de GLO.

Para isto deve haver na estrutura operacional montada com uma sala reservada para esta finalidade e com tamanho apropriado para receber grupos de até 25 pessoas. Este tamanho de grupo facilita o contato do psicólogo com os indivíduos e a percepção da dinâmica emocional de cada um.

Durante o momento de término da operação de GLO, seria importante que o grupo de militares que desempenhou a missão, pudesse se reunir e refletir sobre o desempenho do grupo, dificuldades encontradas durante a execução da atividade, questões emocionais despertadas, e sugestões de melhoria tanto operacionais quanto de preparação psicológica.

Esta atividade psicológica no término da operação de GLO teria duração de dois dias e envolveria avaliação do nível de estresse dos militares, por intermédio de testes psicológicos e a realização de dinâmicas de grupo, focando o encerramento dos trabalhos daquele grupo de militares.

Dessa forma, ao final do trabalho, será sugerida uma alternativa de programação para as atividades psicológicas, estruturadas em dias e atividades (APÊNDICE C). O tamanho do grupo deve restringir-se a vinte e cinco militares, aproximadamente.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 Procedimentos Metodológicos

Foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema, abordando a legislação pertinente às Operações de Garantia da Lei e da Ordem e aos atributos da área afetiva, que são definidos e operacionalizados pela Portaria nº 012 de 12 de maio de 1998, do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Além disso, foram utilizados textos de Psicologia aplicados à área militar.

Na investigação dos Atributos da Área Afetiva e das características atuais de preparação psicológica, foram realizadas aplicações de questionários a militares do efetivo do 19º Batalhão de Caçadores (Salvador–BA) e da 11ª Brigada de Infantaria Leve (Campinas–SP), sendo utilizada análise descritiva dos dados extraídos dos mesmos para avaliação dos Atributos da Área Afetiva considerados mais relevantes pela amostra.

Da mesma forma foi realizada a análise das respostas qualitativas dos questionários sobre o adestramento para as operações de GLO e sobre a preparação psicológica.

Os resultados serão descritos no capítulo seguinte.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisados 74 questionários, dos quais 46% foram provenientes do 19º Batalhão de Caçadores (Salvador–BA) e 54% da 11ª Brigada de Infantaria Leve - GLO (Campinas–SP). A amostra compreendeu 20% de oficiais e 80% de praças, sendo estes Sargentos, Cabos e Soldados.

Sobre a participação dos militares nas operações de GLO, 60% havia participado de 1 a 3 missões desse tipo, 18% de 4 a 6 e 22% em mais de 7 operações. A maioria, 90% dos militares, havia participado de operações com duração de até 30 dias, 7% ficaram envolvidos na atividade por um período de 1 a 6 meses. A minoria, 3% dos participantes, ficou envolvido neste tipo de operação por mais de 6 meses.

As operações de GLO, em geral, apresentam um preparo operacional prévio, assim quando questionados sobre a realização de adestramento da tropa anterior a operação de GLO, 88% dos militares relataram terem participado de algum tipo de adestramento. Contudo, o adestramento envolvia principalmente palestras e preparação operacional. A Tabela 1 apresenta a ocorrência dos temas abordados no adestramento pelo qual já passaram os participantes.

Tabela 1 – Temas abordados no adestramento da tropa

TEMA DO ADESTRAMENTO	OCORRÊNCIA (%)
Palestras	73
Preparação operacional	69
Informação sobre legislação jurídica	45
Avaliação / seleção física	11
Avaliação / seleção médica	08
Avaliação / seleção psicológica	07

Fonte: O próprio autor.

Sobre a necessidade de realizar uma preparação psicológica, os militares mencionaram considerar necessária a realização da mesma correspondendo a 96% dos pesquisados. Os participantes justificaram a importância da atuação do psicólogo para que os militares fossem preparados para enfrentar situações adversas e imprevisíveis, para padronizar procedimentos, para facilitar o contato com a população civil, para favorecer a adaptação às condições do local da operação, e devido às condições estressantes inerentes a uma operação de GLO. A

Tabela 2 apresenta os temas a serem abordados na preparação psicológica e sua prevalência na opinião dos pesquisados.

Tabela 2 – Temas a serem abordados na preparação psicológica

TEMA DA PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA	OCORRÊNCIA (%)
Estresse	70
Percepção de si mesmo e do outro	65
Atitudes	59
Diferenças culturais	42
Interação social	40
Estereótipo e preconceito	27

Fonte: O próprio autor.

Além da preparação psicológica, o psicólogo pode atuar na desmobilização dos militares envolvidos em operações de GLO com o intuito de auxiliar na resolução de dificuldades emocionais e relacionais que possam ter acontecido durante a missão. Contudo, 72% dos pesquisados nunca participaram de uma atividade desse tipo e 18% já participaram de alguma forma de desmobilização psicológica, envolvendo testes psicológicos e dinâmicas de grupo. Dentre estes militares podem ser destacados 9% daqueles que já participaram também de missões de paz do Exército Brasileiro em apoio a Organização das Nações Unidas (ONU).

Com relação a cursos que poderiam ser realizados pelos militares para melhor preparação operacional nas missões de GLO, 42% dos pesquisados consideram que não é necessário nenhum curso prévio para que o militar seja empregado neste tipo de operações. Contudo, 34% dos militares destacaram que o próprio Estágio de Operações de GLO oferecido pelo Centro de Instrução de Operações de GLO ou em suas próprias Organizações Militares pode ser uma forma de adquirir conhecimentos favorecendo a missão.

Além desse estágio sugerem a realização de outros cursos na área de segurança e relacionamento com a população, como: cursos de combate urbano, gerenciamento de crises, segurança de autoridades, cursos oferecidos pelos pelotões de choque das Polícias Militares, pelas Subunidades de Operações Especiais (SUOPES) e pelos Pelotões de Operações Especiais (PELOPES).

Com relação aos Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários para que o militar desempenhe adequadamente suas atividades em operações de GLO, os participantes foram

solicitados a estabelecer os AAA importantes em funções de planejamento / comando da atividade (oficiais) e no nível de execução da mesma (praças).

Tabela 3 – AAA necessários para o nível de planejamento / comando de uma operação de GLO (oficiais)

AAA PARA O NÍVEL DE PLANEJAMENTO / COMANDO DA OPERAÇÃO DE GLO (OFICIAIS)	OCORRÊNCIA (%)
Autoconfiança	76
Responsabilidade	76
Equilíbrio emocional	74
Organização	73
Decisão	72
Objetividade	69
Adaptabilidade	68
Disciplina	68
Comunicabilidade	66
Iniciativa	66
Coerência	65
Apresentação	61
Liderança	61
Camaradagem	58
Combatividade	58
Dedicação	58
Civilidade	57
Disciplina intelectual	54
Flexibilidade	53
Coragem	51
Cooperação	50
Resistência	50
Tolerância	50
Tato	42
Criatividade	41
Sociabilidade	39
Autocrítica	38
Rusticidade	38
Direção	36
Persistência	36
Zelo	36
Dinamismo	32
Sensibilidade	30
Discrição	27
Imparcialidade	27
Previsão	27
Abnegação	24
Sobriedade	24
Persuasão	23
Meticulosidade	16
Perspicácia	15
Competitividade	11

Fonte: O próprio autor.

Tabela 4 – AAA necessários para o nível de execução de uma operação de GLO (praças)

AAA PARA O NÍVEL DE EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO DE GLO (PRAÇAS)	OCORRÊNCIA (%)
Equilíbrio emocional	80
Responsabilidade	74
Disciplina	73
Coragem	72
Iniciativa	70
Autoconfiança	63
Comunicabilidade	63
Flexibilidade	59
Resistência	57
Objetividade	55
Organização	54
Combatividade	51
Decisão	51
Apresentação	50
Persistência	50
Cooperação	49
Disciplina intelectual	49
Adaptabilidade	46
Dedicação	46
Liderança	46
Rusticidade	45
Sociabilidade	45
Tolerância	45
Camaradagem	43
Tato	43
Civilidade	42
Coerência	42
Zelo	35
Criatividade	31
Dinamismo	31
Imparcialidade	31
Sensibilidade	31
Direção	30
Discrição	30
Sobriedade	30
Previsão	27
Persuasão	26
Abnegação	24
Autocrítica	24
Perspicácia	16
Meticulosidade	13

Fonte: O próprio autor.

Rodrigues (2004) menciona o fato de que o nível de conhecimento necessário aos militares pode variar entre oficiais e praças, uma vez que o nível de responsabilidade também é diferente dentro da operação e na hierarquia militar. Assim, pode-se observar que os perfis profissiográficos das funções diferiram com relação a prevalência dos atributos necessários para oficiais e praças.

Apesar disso, verificando-se as porcentagens de prevalência na opinião dos pesquisados os AAA prevalentes para oficiais e praças estão relacionados, o que permite a realização da preparação psicológica em conjunto.

A Tabela 5 apresenta uma comparação entre os Atributos da Área Afetiva destacados como necessários para oficiais e praças envolvidos em operações de GLO e que obtiveram maior prevalência na opinião dos militares pesquisados. Pode-se observar a relevância de atributos como autoconfiança, responsabilidade, iniciativa, equilíbrio emocional, objetividade, disciplina, comunicabilidade e iniciativa, serem considerados necessários tanto para oficiais como para praças.

Tabela 5 – Comparação dos AAA necessários para oficiais e praças que obtiveram maior prevalência na amostra

AAA PARA O NÍVEL DE PLANEJAMENTO / COMANDO DA OPERAÇÃO DE GLO (OFICIAIS)	AAA PARA O NÍVEL DE EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO DE GLO (PRAÇAS)
Autoconfiança	Equilíbrio emocional
Responsabilidade	Responsabilidade
Equilíbrio emocional	Disciplina
Organização	Coragem
Decisão	Iniciativa
Objetividade	Autoconfiança
Adaptabilidade	Comunicabilidade
Disciplina	Flexibilidade
Comunicabilidade	Resistência
Iniciativa	Objetividade

Fonte: O próprio autor.

Além disso, outro ponto verificado são alguns atributos como organização, decisão e adaptabilidade terem sido destacados como necessários a oficiais, uma vez que eles estarão executando funções de planejamento e comando das operações.

Por outro lado, foram mencionados como necessários para as praças os atributos de coragem, flexibilidade e resistência, o que pode ser considerado como devido à função de execução das atividades inerentes às operações de GLO.

Os atributos que foram destacados pelos militares pesquisados podem auxiliar no planejamento de uma avaliação psicológica eficaz para prevenir dificuldades emocionais durante a realização da operação. Contudo, cabe ressaltar que outras pesquisas e um acompanhamento psicológico dos militares envolvidos nesta atividade são importantes para estabelecer com maior fidedignidade o perfil profissiográfico das funções.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho começou com uma curiosidade sobre o tema e à medida que a revisão bibliográfica foi avançando percebeu-se que as operações de GLO aconteciam por uma necessidade do Exército Brasileiro de cumprir sua missão constitucional.

Conforme exposto anteriormente, as Forças Armadas são chamadas a intervir nas localidades e situações em que a ordem social encontra-se prejudicada e onde os Órgãos de Segurança Pública falharam em cumprir seu papel.

Contudo, observou-se pelos questionários aplicados e pela própria bibliografia sobre o tema, que não existe uma preparação psicológica para estes militares que executarão missões de garantia da lei e da ordem. Surgiu, então, o questionamento: é importante realizar o preparo psicológico dos militares que participam de Operações de GLO?

Para o desenvolvimento deste trabalho foram levantadas hipóteses e objetivos específicos para investigar as possíveis contribuições da Psicologia no preparo da tropa e quais seriam os atributos da área afetiva necessários para serem desenvolvidos nos militares envolvidos em operações de GLO.

Dessa forma, considera-se que a eficácia de uma operação militar está no adequado adestramento da tropa tanto no que diz respeito aos conhecimentos cognitivos como nas habilidades emocionais.

Santos Júnior (2008), aborda os Atributos da Área Afetiva (AAA) como indicadores relevantes na Política de Pessoal do Exército Brasileiro, sendo utilizados na formação e preparo dos militares.

Assim, a pesquisa realizada com os militares que já estiveram envolvidos em operações de GLO permitiu destacar a importância de uma preparação psicológica e do oferecimento de suporte emocional no decorrer da missão.

Os militares pesquisados destacaram como uma característica das operações o alto nível de estresse, que requer da tropa uma condição de equilíbrio emocional, que, na opinião deles, poderia ser preparada durante o adestramento.

Além disso, o fato dos militares estarem envolvidos diretamente com a população civil exige um discernimento e iniciativa durante as ações operacionais. Alguns pesquisados relataram a peculiaridade de estarem sujeitos a imprevistos e reações negativas por parte da população.

Rodrigues (2004) menciona como um ponto a ser considerado a especificidade da atuação militar em uma operação de GLO. Para ele, deve ser observado o uso proporcional dos meios durante a ação, uma vez que o inimigo / aliado corresponde também a um cidadão brasileiro.

Assim sendo, como proposta de preparação psicológica sugere-se a abordagem de temas referentes às relações interpessoais, diferenças culturais, percepção social, preconceito e estereótipo, e estresse durante a atividade.

Destaca-se como favorável o fato dos militares pesquisados terem considerado importante a realização da preparação psicológica e também de uma desmobilização para que possam ser abordados aspectos emocionais verificados durante a execução da operação e, assim, auxiliar na resolução de possíveis dificuldades encontradas.

Outra contribuição da pesquisa realizada corresponde ao levantamento dos Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários e a serem desenvolvidos nos militares envolvidos em operações de GLO.

Portanto, com base nos AAA destacados pela amostra pesquisada pode-se efetivamente traçar um plano de preparação psicológica e acompanhamento das missões para que, no futuro, possam ser oferecidas condições de suporte emocional para a tropa, visando a eficácia das missões e a saúde dos militares envolvidos.

A preparação psicológica proposta neste trabalho pretende ser um esboço para que possa surgir este campo de atuação do militar psicólogo. Assim, pode-se contribuir muito para a consecução dos objetivos traçados pelo Exército Brasileiro em suas operações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelson Ó. **A Psicologia e um novo conceito de guerra**. Rio de Janeiro: INCAER, 1991.

ANJOS, Anselmo Rangel dos. **Preparação, acompanhamento e desmobilização psicológica de contingentes de força de paz do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 012. Conceituação dos Atributos da Área Afetiva, Rio de Janeiro, RJ, 12 mai 1998.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de Junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm. Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

_____. Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001. Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2001/3897.htm>. Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Instruções Provisórias IP 85-1)**, 1. ed., Brasília, DF, 2002.

_____. _____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército (Manual de Campanha C 20-1)**, 3. ed., Brasília, DF, 2003.

_____. Lei Complementar nº 117, de 2 de Setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp117.htm. Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 018. **Instruções Reguladoras da Inscrição, Seleção e Matrícula nos Estágios Gerais do Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem**, Rio de Janeiro, RJ, 19 fev 2008.

CORTÊS, George Luiz Coelho. **As Forças Armadas e a Segurança Pública**. Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em: http://www.eceme.ensino.eb.br/portallee/arquivos/as_forcas_armadas_e_a_seguranca_publica_cel_cortes_pdf. Acesso em: 04 jun 2009.

MIGUEL, Fabiano Koich; NORONHA, Ana Paula Porto. Estudo dos Parâmetros Psicométricos da Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho. **Evaluar**, 2007. Disponível em: <http://www.revistaevaluar.com.ar/71.pdf>. Acesso em 24 jun 2009.

MIRA Y LOPES, Emílio. **A Psicologia Militar**. Biblioteca Militar. Vol CXLI. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

PIÑON, Charles Pacheco. As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem sob uma perspectiva histórica e social. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1293, 15 jan 2007. Disponível em : <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9392>. Acesso em 12 abr 2009.

RODRIGUES, Celso Leite. **O preparo legal da tropa para as operações de garantia da lei e da ordem**. Trabalho de Conclusão – Curso de Política e Alta Administração do Exército – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

ROOS, Francis Gomes. **O Emprego de armas não letais em operações de garantia da lei e da ordem**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294277.shtml>. Acesso em: 07 jun 2009

RUEDA, William Wilson Alexandre; MANISCALCO, José Leonardo. **A Força Terrestre e sua adaptação às missões típicas de segurança pública no Brasil**. Artigo Científico. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS JUNIOR, José Cláudio dos. **O gerenciamento de informações sobre a Área Afetiva como ferramenta de gestão de Recursos Humanos**. Monografia (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2008.

APÊNDICE A - Questionário



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECE_x - DEE - DEPA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE
SALVADOR

Questionário

Sou aluna do CFO/QCO da Escola de Administração do Exército e estou realizando um Trabalho de Conclusão de Curso com o tema “O preparo psicológico da tropa nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem”. Para minha pesquisa é necessário coletar alguns dados com militares que já estiveram envolvidos em alguma atividade de GLO.

O preenchimento deste questionário é anônimo, solicito apenas que seja identificada a OM para registro da origem das informações em termos estatísticos.

Desde já agradeço a colaboração nesta coleta de dados.

A partir deste trabalho poderão ser consideradas ações para melhoria das atividades dentro do Exército Brasileiro.

OM: _____

POSTO / GRADUAÇÃO: _____

1. O Sr. já participou de quantas operações de GLO?

1 a 3 4 a 6 7 ou mais

2. Para a realização das operações de GLO o Sr. participou de algum tipo de adestramento?

Sim Não Em algumas delas

3. Em caso afirmativo, o que compreendia este adestramento?

Palestras Informação sobre legislação jurídica

Preparação operacional Avaliação / Seleção psicológica

Avaliação / Seleção médica Avaliação / Seleção física

Outras _____

4. Qual foi o período máximo em que o Sr. esteve envolvido em operações de GLO?

5. Na opinião do Sr., é necessário que a tropa tenha uma preparação psicológica anterior a execução de uma operação de GLO? Justifique.

6. A preparação psicológica, caso realizada, deveria abordar quais aspectos da atividade?

- Interação social (corresponde ao convívio social com outras pessoas em prol de executar atividades profissionais, de lazer ou outras)
- Estresse (corresponde ao desgaste físico e/ou emocional decorrente de situações de tensão ou sobrecarga emocional, podendo acarretar comprometimentos fisiológicos e emocionais)
- Percepção de si mesmo e o do outro (capacidade de identificar e compreender seu comportamento e da outra pessoa, e a maneira como podem influenciar-se mutuamente)
- Atitudes (expressão do comportamento em nível das emoções, do pensamento e da ação)
- Estereótipo e preconceito (maneira errada de entender as opiniões e atitudes do outro)
- Diferenças culturais (discrepâncias na maneira de falar, pensar, agir e interagir entre indivíduos de culturas diferentes)
- Outras

7. Quais são os atributos da área afetiva que um militar (nível de planejamento / comando da atividade) deveria possuir para atuar em operações de GLO?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Abnegação | <input type="checkbox"/> Equilíbrio emocional |
| <input type="checkbox"/> Adaptabilidade | <input type="checkbox"/> Flexibilidade |
| <input type="checkbox"/> Apresentação | <input type="checkbox"/> Imparcialidade |
| <input type="checkbox"/> Autoconfiança | <input type="checkbox"/> Iniciativa |
| <input type="checkbox"/> Autocrítica | <input type="checkbox"/> Liderança |
| <input type="checkbox"/> Camaradagem | <input type="checkbox"/> Meticulosidade |
| <input type="checkbox"/> Civilidade | <input type="checkbox"/> Objetividade |
| <input type="checkbox"/> Coerência | <input type="checkbox"/> Organização |
| <input type="checkbox"/> Combatividade | <input type="checkbox"/> Persistência |
| <input type="checkbox"/> Competitividade | <input type="checkbox"/> Perspicácia |
| <input type="checkbox"/> Comunicabilidade | <input type="checkbox"/> Persuasão |
| <input type="checkbox"/> Cooperação | <input type="checkbox"/> Previsão |
| <input type="checkbox"/> Coragem | <input type="checkbox"/> Responsabilidade |
| <input type="checkbox"/> Criatividade | <input type="checkbox"/> Resistência |
| <input type="checkbox"/> Decisão | <input type="checkbox"/> Rusticidade |
| <input type="checkbox"/> Dedicção | <input type="checkbox"/> Sensibilidade |
| <input type="checkbox"/> Dinamismo | <input type="checkbox"/> Sobriedade |
| <input type="checkbox"/> Direção | <input type="checkbox"/> Sociabilidade |
| <input type="checkbox"/> Disciplina | <input type="checkbox"/> Tato |
| <input type="checkbox"/> Disciplina intelectual | <input type="checkbox"/> Tolerância |
| <input type="checkbox"/> Discrição | <input type="checkbox"/> Zelo |

Outras _____

8. Quais são os atributos da área afetiva que um militar (nível de execução da atividade) deveria possuir para atuar em operações de GLO?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Abnegação | <input type="checkbox"/> Equilíbrio emocional |
| <input type="checkbox"/> Adaptabilidade | <input type="checkbox"/> Flexibilidade |
| <input type="checkbox"/> Apresentação | <input type="checkbox"/> Imparcialidade |
| <input type="checkbox"/> Autoconfiança | <input type="checkbox"/> Iniciativa |
| <input type="checkbox"/> Autocrítica | <input type="checkbox"/> Liderança |
| <input type="checkbox"/> Camaradagem | <input type="checkbox"/> Meticulosidade |
| <input type="checkbox"/> Civilidade | <input type="checkbox"/> Objetividade |
| <input type="checkbox"/> Coerência | <input type="checkbox"/> Organização |
| <input type="checkbox"/> Combatividade | <input type="checkbox"/> Persistência |
| <input type="checkbox"/> Competitividade | <input type="checkbox"/> Perspicácia |
| <input type="checkbox"/> Comunicabilidade | <input type="checkbox"/> Persuasão |
| <input type="checkbox"/> Cooperação | <input type="checkbox"/> Previsão |
| <input type="checkbox"/> Coragem | <input type="checkbox"/> Responsabilidade |
| <input type="checkbox"/> Criatividade | <input type="checkbox"/> Resistência |
| <input type="checkbox"/> Decisão | <input type="checkbox"/> Rusticidade |
| <input type="checkbox"/> Dedicção | <input type="checkbox"/> Sensibilidade |
| <input type="checkbox"/> Dinamismo | <input type="checkbox"/> Sobriedade |
| <input type="checkbox"/> Direção | <input type="checkbox"/> Sociabilidade |
| <input type="checkbox"/> Disciplina | <input type="checkbox"/> Tato |
| <input type="checkbox"/> Disciplina intelectual | <input type="checkbox"/> Tolerância |
| <input type="checkbox"/> Discrição | <input type="checkbox"/> Zelo |

Outras _____

9. O Sr. tem conhecimento sobre algum curso, estágio ou vivência de experiência profissional que prepare os militares para o desempenho de atividades em missões de GLO? Qual (is)?

10. O Sr. participou de alguma operação de GLO em que ocorreu uma desmobilização psicológica após o seu término? Em caso positivo, por quantos dias? Quais as atividades realizadas?

Obrigada pela colaboração na pesquisa!

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____ declaro para os devidos fins que responderei, por livre e espontânea vontade, o questionário enviado pela 1º Tenente-Aluna (062472724-4) Alessandra Augusta de Santana e Silva, como parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Administração do Exército. Esse trabalho tem como objetivo as contribuições da Psicologia no preparo da tropa para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Tenho conhecimento de que esta pesquisa buscará aprimorar o adestramento dos militares envolvidos em missões de GLO.

Declaro Ainda:

Que a minha participação não acarretará risco para minha saúde;

Que as informações prestadas por mim serão classificadas como confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa a que se destina;

Que ao estudo interessam as respostas obtidas no questionário, sem a identificação individual, preservando minha privacidade; e finalmente,

Que minha participação será voluntária e que estarei à vontade para pedir esclarecimento e para não responder às questões solicitadas, em qualquer fase, sem que isso implique em qualquer dano, custo ou penalização à minha pessoa.

..... , /..... / 2009.

(Cidade / Estado, dia, mês)

- Entrevistado

1º Ten Al **Alessandra** Augusta de Santana e Silva – Pesquisadora

APÊNDICE C - Programação para Atividades de Apoio Psicológico

1-Preparação Psicológica

	ATIVIDADE	OBJETIVO	DURAÇÃO
1º dia (manhã ou tarde)	Avaliação Psicológica	Avaliação do estado emocional dos militares envolvidos na missão.	2h 30 min
2º dia (manhã ou tarde)	Avaliação Psicológica	Avaliação do estado emocional dos militares envolvidos na missão.	2h 30 min
3º dia (manhã)	Dinâmica de Grupo	Apresentação / Integração do grupo	50 min
	Intervalo	Intervalo	10 min
	Dinâmica de Grupo	Integração do grupo	30 min
	Expectativas com relação à operação de GLO	Levantamento das expectativas do grupo	1h 30 min
	Intervalo	Intervalo	1h 30 min
3º dia (tarde)	Dinâmica de Grupo	Integração do grupo	40 min
	Intervalo	Intervalo	10 min
	Dinâmica de Grupo	Interação do grupo / confiança	30 min
	Dinâmica de Grupo	Percepção	20 min
	Dinâmica de Grupo	Trabalho de equipe	30 min
	Dinâmica de Grupo	Trabalho de equipe	1h
4º dia (manhã)	Características de um líder	Liderança	1h
	Dinâmica de Grupo	Trabalho de equipe	30 min
	Intervalo	Intervalo	10 min
	Dinâmica de Grupo	Trabalho de equipe	20 min
	Intervalo	Intervalo	10 min
	Dinâmica de Grupo	Despedida do grupo	1h
	Avaliação oral do trabalho	Avaliação do trabalho	20 min
Encerramento	Leitura de um texto de encerramento	30 min	

Quadro 1 – Programa de Preparação Psicológica

Fonte: Elaborado pelo autor.

2- Acompanhamento Psicológico

Realizado em grupo ou individualmente conforme a necessidade verificada pelos militares ou pela equipe de psicólogos, com duração variável de 50 (cinquenta) minutos quando a intervenção for individual e de uma hora e trinta minutos quando a intervenção for feita em grupo.

3- Desmobilização Psicológica

	ATIVIDADE	OBJETIVO	DURAÇÃO
1º dia (manhã ou tarde)	Avaliação Psicológica	Avaliação do estado emocional dos militares após o término da missão.	2h 30 min
2º dia (manhã)	Dinâmica de Grupo	Interação do grupo.	1h 30 min
	Intervalo	Intervalo	10 min
	Avaliação do desempenho do grupo na operação de GLO	Levantamento das reflexões e sentimentos do grupo, aspectos positivos e negativos da operação.	1h 30 min
	Intervalo	Intervalo	1h 30 min
2º dia (tarde)	Questionário		1h 30 min
	Intervalo	Intervalo	10 min
	Dinâmica de Grupo	Despedida do grupo	1h 30 min
	Avaliação oral do trabalho	Avaliação do trabalho	20 min
	Encerramento	Leitura de um texto de encerramento	30 min

Quadro 2 – Programa de Desmobilização Psicológica

Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXO A - Portaria nº 012, DEP, de 12 de maio de 1998

Portaria nº 012, de 12 de maio de 1998

Aprova a Conceituação dos Atributos da Área Afetiva, para uso pelos Órgãos e Estabelecimentos de Ensino subordinados, coordenados ou vinculados tecnicopedagogicamente a este Departamento.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 82.724, de 23 de novembro de 1978, RESOLVE:

Art 1º. Aprovar a **CONCEITUAÇÃO DOS ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA** para uso pelos Órgãos e Estabelecimentos de Ensino subordinados, coordenados ou vinculados tecnicopedagogicamente a este Departamento.

Art 2º. Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias nº 35/DEP, de 20 de novembro de 1996 e nº 15/DEP, de 24 de abril de 1997.

CONCEITUAÇÃO DOS ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA

1. FINALIDADE

Padronizar a linguagem técnica utilizada na área afetiva em todos os Estabelecimentos de Ensino subordinados, coordenados ou vinculados tecnicopedagogicamente ao DEP, em especial os atributos que poderão vir a ser selecionados, desenvolvidos, avaliados, ou citados, dependendo do propósito do usuário.

2. OBJETIVO

Unificar em um documento as várias definições referentes aos atributos, valores e requisitos da área afetiva, possibilitando a sua correta utilização.

3. CONSIDERAÇÕES

A constatação da existência de diversos documentos em uso no âmbito do DEP, com diferentes definições para os atributos, valores e requisitos da área afetiva, indicou a necessidade de elaboração de um único deles que padronizasse a linguagem e os conceitos.

4. ATRIBUTOS, VALORES E REQUISITOS DA ÁREA AFETIVA

a. Os seguintes valores devem ter sido desenvolvidos no indivíduo desde a infância e reforçados ao longo da vida militar. Devem servir, também, para uma ação imediata do docente que identifique sua ausência, visando as providências que possibilitem o afastamento do instruendo, pelos meios regulamentares, disciplinares e / ou judiciais, em especial na formação do militar de carreira.

HONESTIDADE conduta que se caracteriza pelo respeito ao direito alheio, especialmente no que se refere à fraude e à mentira.

INTEGRIDADE conduta orientada pelos valores morais e éticos próprios, da instituição e da sociedade em que vive.

LEALDADE atitude de fidelidade a pessoas, grupos e instituições, em função dos ideais e valores que defendem e representam.

b. Apresenta-se a seguir os requisitos básicos essenciais que devem ser desenvolvidos e aprimorados em todos os militares da Força Terrestre, particularmente os que se destinam à profissão das armas.

São qualidades que envolvem, cada uma, comportamentos, atitudes e valores, que devem dar o embasamento afetivo.

AUTOAPERFEIÇOAMENTO (atitude para aprendizagem) disposição ativa para mobilizar seus recursos internos, visando aprimorar e atualizar seus conhecimentos.

CIVISMO capacidade de fazer valer os direitos e cumprir com os deveres de cidadão.

ESPÍRITO DE CORPO sentimento de identificação com os valores e tradições da organização e/ou do grupo, gerando interações positivas de apoio mútuo, que se prolongam no tempo.

IDEALISMO representação dos sentimentos mais nobre em uma linha de conduta voltada para as causas em que acredita e para os princípios que adota.

PATRIOTISMO atitude de amor à pátria e respeito aos símbolos e às instituições nacionais.

c. Complementarmente aos valores e requisitos já mencionados, os atributos a seguir referem-se àqueles identificados como os mais representativos para o desenvolvimento, aprimoramento e avaliação, em particular nos militares de carreira.

ABNEGAÇÃO capacidade de renunciar aos interesses pessoais em favor da instituição, grupos e / ou pessoas.

ADAPTABILIDADE capacidade de se ajustar apropriadamente às mudanças de situações.

APRESENTAÇÃO capacidade de demonstrar atitudes e porte condizentes com os padrões militares.

AUTOCONFIANÇA capacidade de demonstrar segurança e convicção em suas atitudes, nas diferentes circunstâncias.

AUTOCRÍTICA capacidade de avaliar as próprias potencialidades e limitações frente à idéias, sentimentos e / ou ações.

CAMARADAGEM capacidade de estabelecer relações amistosas com superiores, pares e subordinados.

CIVILIDADE capacidade de agir de acordo com as normas que regem as relações interpessoais .

COERÊNCIA capacidade de agir em conformidade com as próprias idéias e valores, em qualquer situação.

COMBATIVIDADE capacidade de lutar, sem esmorecer, pelas idéias e causas em que acredita ou por aquelas sob sua responsabilidade.

COMPETITIVIDADE capacidade de disputar, simultaneamente, com outrem, visando um objetivo.

COMUNICABILIDADE capacidade de relacionar-se com outros por meio de idéias e ações.

COOPERAÇÃO capacidade de contribuir espontaneamente para o trabalho de alguém e/ou de uma equipe.

CORAGEM capacidade para agir de forma firme e destemida, diante de situações difíceis e perigosas, seguindo as normas de segurança.

CRIATIVIDADE capacidade de produzir novos dados, idéias e/ou realizar combinações originais, na busca de uma solução eficiente e eficaz.

DECISÃO capacidade de optar pela alternativa mais adequada, em tempo útil e com convicção.

DEDICAÇÃO capacidade de realizar, espontaneamente, atividades com empenho e entusiasmo.

DINAMISMO capacidade de atuar ativamente com intenção determinada.

DIREÇÃO capacidade de conduzir e coordenar grupos e/ou pessoas, na consecução de determinado objetivo.

DISCIPLINA capacidade de proceder conforme normas, leis e regulamentos que regem a instituição.

DISCIPLINA INTELLECTUAL capacidade de adotar e defender a decisão superior e/ou do grupo mesmo tendo opinado em contrário.

DISCRICÃO capacidade de manter reserva sobre fatos de seu conhecimento que não devam ser divulgados.

EQUILÍBRIO EMOCIONAL capacidade de controlar as próprias reações para continuar a agir, apropriadamente, nas diferentes situações.

FLEXIBILIDADE capacidade de reformular planejamentos e comportamentos, com prontidão, diante de novas exigências.

IMPARCIALIDADE capacidade de julgar, com isenção, sem se envolver emocionalmente.

INICIATIVA capacidade para agir, de forma adequada e oportuna, sem depender de ordem ou decisão superior.

LIDERANÇA capacidade de dirigir, orientar e propiciar modificações nas atitudes dos membros de um grupo, visando atingir os propósitos da instituição.

METICULOSIDADE capacidade de agir atendo-se a detalhes significativos.

OBJETIVIDADE capacidade de destacar o fundamental do supérfluo para a realização de uma tarefa ou solução de um problema.

ORGANIZAÇÃO capacidade de desenvolver atividades de forma sistemática e eficiente.

PERSISTÊNCIA capacidade de manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa vencendo as dificuldades encontradas.

PERSPICÁCIA capacidade de perceber, pronta e integralmente, os detalhes de uma situação ou problema, seus significados práticos e implicações.

PERSUASÃO capacidade de convencer pessoas a adotarem idéias ou atitudes que sugere.

PREVISÃO capacidade de antecipar-se a fatos e situações, antevendo alternativas viáveis, de modo a evitar e/ou eliminar possíveis falhas na execução de uma tarefa.

RESPONSABILIDADE capacidade de cumprir suas atribuições assumindo e enfrentando as conseqüências de suas atitudes e decisões.

RESISTÊNCIA capacidade de suportar, pelo maior tempo possível, a fadiga resultante de esforços físicos e/ou mentais, mantendo a eficiência.

RUSTICIDADE capacidade de adaptar-se a situações de restrição e/ou privação, mantendo a eficiência.

SENSIBILIDADE capacidade de perceber e compreender o ambiente, as características e sentimentos de pessoas e/ou grupos, buscando atender aos seus interesses e necessidades.

SOBRIEDADE capacidade de agir com austeridade em relação a hábitos, costumes e procedimentos na vida particular e profissional.

SOCIABILIDADE capacidade de estabelecer interação com as pessoas propiciando um ambiente cordial.

TATO capacidade de lidar com as pessoas sem ferir suscetibilidades.

TOLERÂNCIA capacidade de respeitar e conviver com idéias, atitudes e comportamentos diferentes dos seus.

ZELO capacidade de cuidar dos bens móveis e imóveis que estão ou não sob sua responsabilidade